

6 CONCLUSÃO

Este estudo apresenta a análise de modelos de regimes fiscais sobre a indústria de exploração e produção de petróleo através da comparação dos modelos vigentes em alguns países, sendo estes países uma boa amostra dos principais tipos de regimes fiscais utilizados atualmente.

Esta questão se mostra bastante complexa, tendo em vista que muitas vezes os interesses dos governos detentores de reservas conflitam com os interesses das empresas exploradoras de petróleo. No entanto, os governos devem se preocupar também em conseguir reter o maior benefício econômico possível de suas reservas, e isso não necessariamente se dá através de elevada arrecadação tributária.

Este trabalho demonstra que uma carga tributária elevada sobre a indústria de exploração e produção de petróleo causa distorções que reduzem ou quase chegam a inviabilizar o investimento no desenvolvimento das reservas. Ou seja, a economia do país detentor dessas reservas pode ser penalizada por altos encargos, seja pelo não aproveitamento de seus recursos naturais, seja pelo desenvolvimento ineficiente das reservas ou até mesmo pela baixa geração de empregos e baixo crescimento da economia, decorrentes do investimento reduzido.

Cabe ressaltar que as reservas do pré-sal precisarão de altos investimentos e de desenvolvimento conjunto buscando reduzir os elevados custos operacionais, principalmente em um momento em que o mercado sofre com a escassez de equipamentos altamente específicos para a indústria.

O Brasil reconhece a importância deste momento e a questão do marco regulatório para o pré-sal permanece em discussão nas mais diversas camadas do governo. Outros exemplos da relevância deste tema foram a reformulação do regime de Papua Nova Guiné que buscou justamente reduzir o nível de distorção sobre as empresas que exploram reservas na região, e o estudo realizado pelo Banco Mundial para auxiliar o processo de revisão do modelo em vigor na China.

Um ponto importante demonstrado por este estudo é que o regime de partilha de produção se apresenta como uma das opções que mais prejudica o investimento no desenvolvimento de mega campos de petróleo, já que possibilita

os menores retornos às empresas e, conseqüentemente, provoca um crescimento menor da economia.

Assim, fica claro que o governo deve dar prioridade a regimes que geram menor distorção sobre a economia. De acordo com os resultados apurados, a reformulação do regime de Papua Nova Guiné, assim como o modelo em vigor na região de Alberta no Canadá (que também passou por uma revisão de seu sistema recentemente), deveriam servir como indicadores para guiar este processo de revisão que foi iniciado no Brasil.

Uma limitação deste estudo é a estimativa dos custos de investimento e de operação de um campo na região do pré-sal. Como ainda se trata de uma região recém descoberta, não existe uma base de dados com informações precisas sobre os reais custos que incorrem na produção de petróleo destes campos.

Próximos passos importantes serão trabalhar com um maior número de regimes fiscais e apurar a projeção de preços do barril de petróleo, que constitui a maior incerteza da indústria. Existem trabalhos que desenvolvem de forma mais embasada estas projeções, como o trabalho de Petter Bjerksund (1991), no qual a *convenience yield* também segue um processo estocástico. No entanto esta abordagem mostrou-se demasiadamente complexa e, portanto, não foi considerada no escopo deste trabalho.